



PORTUGAL DEMOCRATICO

REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2 — ANO V — N.º 50 — SÃO PAULO, JULHO DE 1961 — CAIXA POSTAL N.º 4.469

JUNTAS DE AÇÃO PATRIÓTICA CONTRA O REGIME DE SALAZAR

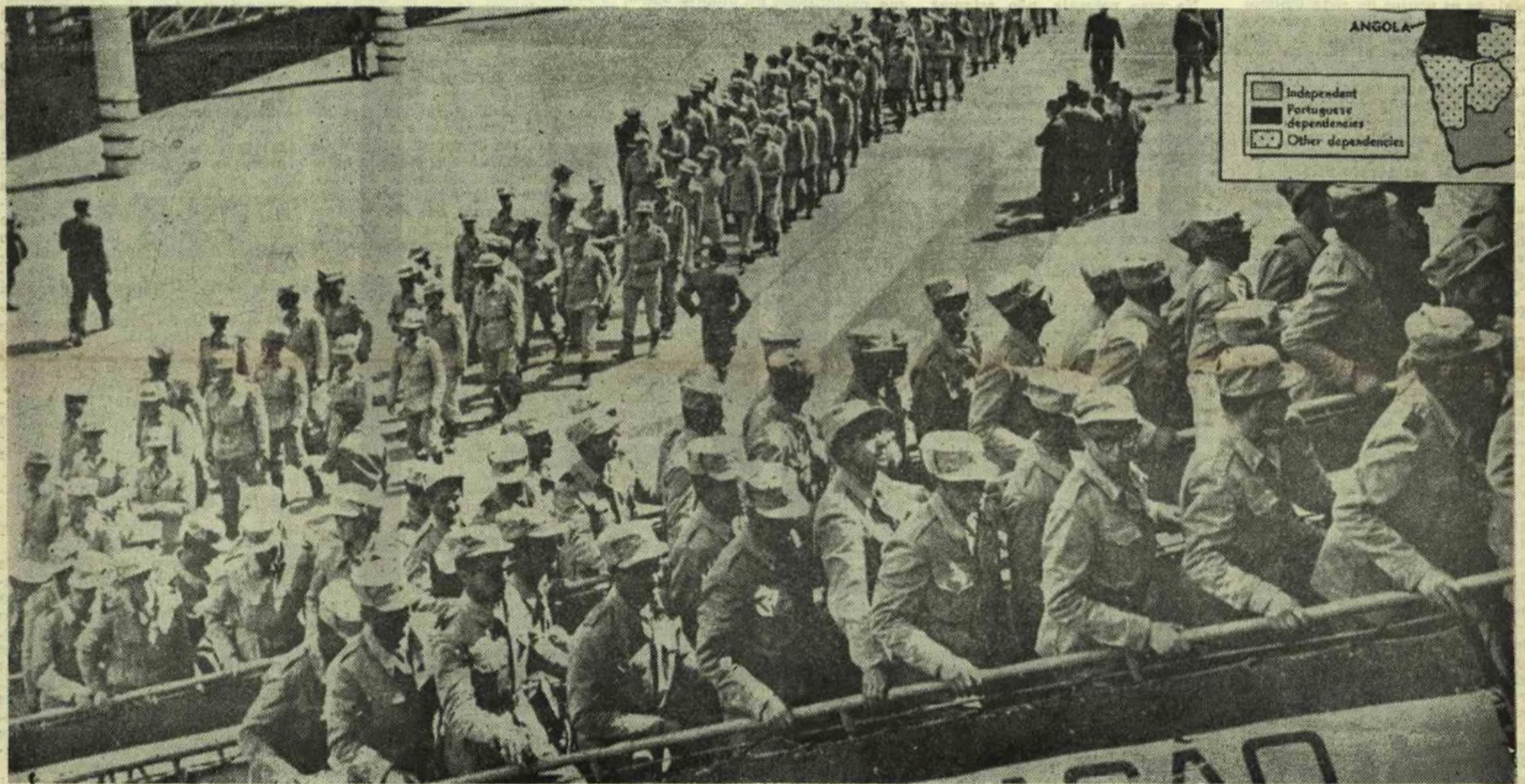


Foto THE NEW YORK TIMES MAGAZINE

No silêncio da noite, o cais violentamente iluminado por holofotes, embarcam para o massacre de Angola, milhares de homens validos arrancados aos campos e ás fabricas de Portugal. Não têm familiares, na hora da despedida, Os unicos paisanos presentes, são os cães-de-fila da PIDE.

A INSSURREIÇÃO
PELA UNIDADE,
LIBERTARÁ
PORTUGAL

A formação em Portugal das Juntas de Ação Patriótica, o aumento do seu numero, da quantidade dos seus aderentes e da extensão da zona do País onde se faça sentir a sua ação, parece-nos por tal forma importante, corresponde de tal modo à linha de ação defendida sistematicamente em as colunas deste jornal, que não encontramos aplausos que signifiquem todo o apoio que ora lhe hipotecamos.

É, ainda hoje, vulgar encontrarem-se pessoas, simples interessados ou até políticos apaixonados, que ao analisarem a presente situação portuguesa, ao constatarem que a imensa maioria do povo de Portugal se encontra, no momento presente, frontalmente contra a ditadura de Salazar, se quedam perplexos ante o fato inelutável da manutenção da ditadura, ante aquilo a que alguns chegam a chamar erradamente de "passividade", "falta de coragem", etc

Estaremos em presença de uma falsa análise? Estarão errados aqueles que defendem ser inadiável a substituição da ditadura por um governo e um estado de coisas, realmente democráticos, capazes de consultarem o interesse manifesto do Povo Português? — Não. Nem uma coisa nem outra. — A análise não é falsa, aliás, os fatos são gritantes,

simplesmente ela está feita pela metade, como se alguém, ao olhar para as cataratas do Niagara, exclamasse: que imensa central electrica!

As condições objetivas existem — a análise reflete-as sobejamente. O que falta são as condições subjetivas resumidas e pressupostas simultaneamente na ORGANIZAÇÃO e UNIDADE das forças, mais ou menos dispersas até agora, que se opõem à dominação e escravização da terra portuguesa.

O primeiro numero de TRIBUNA LIVRE (cujo editorial "Pela Patria, lutar" bem como outros artigos, vêm transcritos na integra e, alguns até, comentados neste jornal), Orgão Nacional das Juntas de Ação Patriótica, recebido nesta redação e amplamente divulgado em Portugal, pelo que exprime como realidade e pela ação preconizada, recebe o nosso integral apoio e permite-nos des-cortinar o caminho para a libertação da Pátria — a INSSURREIÇÃO pela ação articulada e UNITÁRIA das JUNTAS DE AÇÃO PATRIÓTICA.

PORTUGAL
DEMOCRATICO

As soluções do Cap. Henrique Galvão para o Problema Colonial

Adolfo Casais Monteiro

1) A discussão efetiva de problemas políticos tem que evitar as evasivas por meio das quais se procura ladear, precisamente, o essencial; se os pontos de vista teóricos se mostram inaplicáveis aos problemas concretos, resulta de todo inútil afirmá-los. 2) Quando um "sim" no plano doutrinário se transforma num "mas" quando se passa à análise da realidade, é porque alguma coisa está errada; ser adepto da autodeterminação, mas considerá-la inviável significa, realmente, não ser adepto dela.

Eis o que me parece necessário objetar, fundamentalmente, às opiniões do Cap. Henrique Galvão sobre o problema colonial, mais uma vez expressas em artigo do "Estado de S. Paulo (4-6-61)" sob o título "Angola: a verdade e as mistificações".

Afirma o autor tratar-se dos "princípios de um pensamento democrático"; e assim, condena o colonialismo e a discriminação racial, para dizer em seguida que "o direito que tem todos os povos à auto-determinação é incontestável". Porém, mal isto acaba de afirmar, o Cap. Henrique Galvão logo em seguida especifica que "este direito, como todos os direitos humanos, não é absoluto. Carece de uma definição jurídica objetiva e realista — e tem como limitações, ou obrigações inerentes, o respeito pela pessoa humana e a segurança das condições que garantam a evolução progressiva das sociedades autodeterminadas — digamos: subentende uma capacidade política, moral e económica para o seu exercício". Depois do que faz um paralelo entre a criança e os "povos em tal menoridade política".

Não precisamos de mais para compreender o pensamento do Cap. Henrique Galvão. Como democrata que se considera (mas não seria mais exato declarar-se antes liberal?) não pode deixar de admitir que os povos tenham o direito de se governarem; mas apressa-se a corrigir a admissão de tal direito, ao reservá-la para os que têm maioridade política. Nem precisamos de mais para verificar o equívoco em que consiste a sua posição, pois, com efeito, esta restrição anula aquilo de que se diz ser apenas um corretivo. Com efeito, se um povo só tem direito à autodeterminação DEPOIS de ter alcançado a maioridade, precisamos de um critério de maioridade; e quem o vai estabelecer? como definir a "capacidade política, moral e económica" que para tal seria necessária?

Todos os ditadores alegam precisamente, contra a vontade dos povos que oprimem, essa suposta falta de maioridade. Suprimem os instrumentos da democracia para salvar a sua nação da desordem e do caos em que cairiam se a sua mão férrea e sábia não os conduzisse. Pergunta-se: com que fundamento podemos negar aos povos africanos o direito de se governarem a si próprios, sem cairmos na mesma atitude dos ditadores? Com a mesma lógica, um adepto do salazarismo dirá que a ditadura acabará logo que o povo português tiver alcançado a maioridade política. Poderá o Cap. Henrique Galvão "provar" que nós a possuímos? Poderá provar que o caso das populações africanas seja diferente do nosso?

Na realidade, tal diferença não existe. Todas as razões alegadas pelo Cap. Henrique Galvão são

subjetivas. Tudo quanto diz sobre os "perigos" que resultariam da independência de Angola é mera "suposição". O direito à liberdade não é susceptível de prova: nem o nosso, nem o dos angolanos. Mas, no caso dos negros, o Cap. Henrique Galvão fala em nome das "boas intenções" do branco incapaz de outra atitude perante o negro senão a do "civilizado" perante o "bárbaro". Mas porque há de este bárbaro acreditar que o civilizado, que não o civilizou, lhe pode estabelecer a data e as condições da maioridade? Pois que sem dúvida, o Cap. Henrique Galvão, embora sempre omisso a este respeito, não encara outra solução senão a tutela do branco sobre o negro, até que chegue aquela data.

Há, presente sob as diversas "razões" alegadas pelo Cap. Henrique Galvão, uma razão fundamental, que não é democrática nem anti-democrática: é nem pensar que possa sequer pôr-se em dúvida a superioridade do "civilizado branco". Simplesmente, as razões desta ordem nunca foram tidas em conta, em qualquer momento da história, quando algum povo tomou consciência da sua vontade de ser livre. E é perfeitamente inútil alegar, contra essa aspiração à liberdade, que não admite compromissos, sejam que razões forem, as quais podem até ser válidas, de qualquer outro ponto de vista. Mas sempre serão válidas, quando o sejam, dum ponto de vista alheio a essa vontade de independência.

No caso presente, não estamos nós, portugueses adversários da ditadura, em condições de evitar a tragédia angolana; nem podemos impedir que as tropas de Salazar chacinem os negros, nem que estes chacinem pretos ou brancos. Em tais condições, falar na menoridade dos angolanos está inteiramente fora do assunto, já que NÓS não podemos negociar com ELES. Alegar a menoridade dos angolanos, só pode ser tomado por eles como um convite para que deponham as armas, e fiquem à espera até se estabelecer em Portugal um regime democrático, que trataria de lhes dar essa maioridade que, MESMO ANTES DA DITADURA, o europeu não se empenhou de fato em lhes "dar". Não devemos estranhar, portanto, que os angolanos considerem isto risível. E é como de fato o consideram, sem que me pareça haver, em nome da democracia, maneira de achar que neste riso se manifeste qualquer espécie de menoridade, a qual se provaria, pelo contrário, se tivessem a ingenuidade de tomar a sério as especiosas razões que lhes prometem o céu, no futuro, convidando-os a ir sofrendo na terra o seu cativo, enquanto esperam por aquele.

Cooperação Para a vitória

Manuel Sertório

Nunca, desde o 28 de maio, uma única corrente política esteve na situação de poder, sôzinha, restabelecer a liberdade em Portugal.

A vitória militar dos Aliados sobre o nazi-fascismo, em 1945, abriu no nosso país como, aliás, em todo o mundo uma perspectiva rooseveltiana de perfeito entendimento das forças democráticas para a construção, que se supoz imediata, de uma sociedade nova, norteada pelas liberdades da Carta do Atlântico, num clima de tolerante concorrência de ideais políticos.

Assistiu-se então em Portugal ao levantamento em massa da população, nele se tendo irmanado todos os democratas, sem quaisquer discriminações nem suspeições mútuas. O MUD no campo legal e o MUNAS no campo subterrâneo foram a concretização de uma amplíssima unidade, não só de ação como também de organização.

A base em que se estruturava essa unidade não era, no entanto, suficientemente sólida, pois pela primeira vez confraternizavam forças políticas que o surto do fascismo não deixara ainda livremente conviver. Basta lembrarmos-nos de que o P. C. fora fundado pouco tempo antes da ditadura militar; que a tentativa fabiana das Universidades populares fora brusca-

mente interrompida, sem que pudesse ter obtido os resultados que pretendia alcançar; e que a debilidade político-sindical das classes trabalhadoras sempre tinha sido, como continua sendo, um dos principais objetivos da governação salazarista.

A liderança quase exclusiva daqueles movimentos de unidade, especialmente no seu início, por elementos da burguesia insuficientemente politizados e experientes levou à inadaptação às necessidades de uma luta mais difícil e demorada do que os dias de outubro de 45 haviam feito prever.

Entretanto, as próprias condições internacionais tinham mudado e o v. idaval anunciado por Churchill em Sulton também em Portugal, embora com algum atraso, ateou a guerra fria. A última semana da candidatura presidencial do gen. Norton de Matos marcou o fim da unidade das forças oposicionistas. Iniciou-se a fase do anti-comunismo militante, quer frontal quer "explicado" mediante a suposta vantagem das correntes liberais aparecerem na praça pública aparentemente inocentadas de ligações que pudessem impedir a atração da "esquerda" salazarista e a eclosão de sonhados golpes de palácio, o que conduziu, por um processo semelhante ao do "complexo do ator" estudado há 200 anos por Diderot, a posições reais igualmente segregacionistas.

Em descabelada emulação com a PIDE, identificavam-se então, como, comunistas, na própria Oposição aqueles que se recusavam a tomar posições discriminatórias, chegando a fazer-se o mesmo com os que, mostrando apenas hábitos de disciplina mental, tomavam, com papel e lápis quaisquer notas em reuniões.

Desde a projetada "União Democrática" (1949) até à "Frente Liberal e Democrática", passando pela "Causa Republicana", os sucessivos fracassos desta política convergiram com a agudização das contradições do nosso capitalismo, então não apoiou a sua fase monopolista, e com o consequente engrossamento das fileiras da Oposição.

A partir do 5 de outubro de 1956 pode por isso, começar-se a reconstruir uma nova convivência política das forças anti-fascistas, embora deparando-se com dificuldades ainda grandes, bem ilustradas pela morosidade no ajustamento de posições perante os atos eleitorais, pois aqueles que pela primeira vez, em 1953 se haviam disposto a disputá-los até às urnas vieram a assumir uma atitude adversa em 1957, só porque era essa a posição dos que em 53 tinham sido abstencionistas.

Comprovando, no entanto, a impossibilidade de mobilizar as massas em torno de idéias ou de simples programas não implicativos de ações concretas foi a corrente ativa, defensora da intervenção eleitoral até ao escrutínio, que permitiu criar em volta dela o filial acôrdo dos vários setores oposicionistas e do ambiente de entusiasmo nacional e de inquebrantável disposição de luta que atingiu o auge na campanha de latíssima cooperação anti-salazarista desenvolvida em maio e junho de 1958.

Esta cooperação, como síntese da antiga unidade e das divisões que se lhe seguiram, deve continuar a ser a primeira palavra de ordem para todas as forças anti-salazaristas visto que hoje como antes, nenhuma delas, só por si, poderá conduzir o país à libertação.

Cooperação, no entanto, tem somente para o derrubamento de Salazar e do salazarismo ou, também, para a ulterior democratização de Portugal?

A questão carece por completo de sentido, pois o ponto de partida da luta construtiva pela Democracia não nos pode, sequer, ser dado presentemente, dependendo, como depende, da forma pela qual o regime vier a ruir e das posições que então sejam ocupadas pelas diversas forças empenhadas na democratização do país.

A pré-fixação hoje, de quaisquer marcos no caminho a ser percorrido depois do derrubamento do salazarismo só poderá levar à deserção da luta anti-fascista setores de opinião ou de classe cujo alistamento para essa luta foi paciente e gradativamente efetuado no decurso dos últimos anos, comprometendo-se gravemente, assim, a desejável cooperação de todas as nossas forças.

Tornar-se-á, no entanto, necessário propor ao povo português quais, quer medidas programáticas a fim de conseguir a sua verdadeira mobilização para o derrubamento do salazarismo?

Mesmo quando essas proposições pudessem deixar de ser, no presen-

te, necessariamente demagógicas (do género ambíguo de "a terra para quem a trabalha", etc.) e capazes somente de provocar deserções, não pode pôr-se em dúvida a mobilização psicológica das massas já existente e demonstrada.

Para que essa mobilização se torne uma realidade material é apenas necessário que, finalmente, se planeje, com decisão e audácia, forma concreta pela qual se vai derrubar o salazarismo e não numa antecipação gratuita e irresponsável, por que se vai (...) substituí-lo.

O restabelecimento dos direitos fundamentais por um governo provisório, honesto, seja ele qual for, e a eleição de uma Constituinte seis meses depois, como foi expressamente pactuado pelos serviços das duas últimas candidaturas presidenciais, é garantia suficiente para um levante nacional anti-salazarista.

As formas concretas pelas quais se processará esse levante não-de ser encontradas pelas massas na atuação imediatista e não, é claro, "reveladas" em proclamações ou editais.

Mas é preciso que existam quadros organizados e preparados previamente para a direção consequente da luta popular, articulada num plano insurrecional, não obstante, e por isso mesmo, 1958 ter mostrado que o povo português possui potencialidades de luta que não têm sido justamente avaliadas, na altura devida, pelos dirigentes anti-fascistas.

O que se impõe agora, portanto, é que esses dirigentes saibam a posam realizar entre eles a cooperação necessária ao eficiente enquadramento das massas.

Quase na véspera, como estamos, da eleição de deputados, é a intervenção nas urnas e a fiscalização de fato do escrutínio, custe o que custar, (ou a enérgica e organizada reclamação do ato eleitoral, se o mesmo for adiado ou suspenso pelo governo), que deve assinalar o campo em que a cooperação das forças anti-salazaristas tem de se desenvolver.

A verdadeira representatividade nacional estará com quem assuma a linha justa da promoção e prossecução desta cooperação e da dinamização desta fase decisiva da nossa luta contra Salazar e o salazarismo, entendida e realizada num sentido integral e levada a efeito sem hesitações nem desfalecimentos, que, hoje menos do que nunca, poderiam ser perdoados.

Opiniões Insuspeitas

João Sarmento Pimentel

OS GENERAIS DE OPERETA

Havia entre aquele numeroso e vistoso complot de cabides de farda um quinta coluna chamado Luís de Pina, e foi esse que denunciou os parceiros da conjura pacífica.

Porque tiros, riscos dum balazo na pança atestado de subsídios, ordenados, comissões, percentagens que lhes vinham do posto e das pastas usufruídas para defenderem a ditadura, nem por sombras lhes passaria na testa enfeitada dos galões dourados do bonet e outras saliências bem merecidas, ou bem ganhas, no cotidiano de recepções, bailes, banquetes e soirés e reuniões de altos comandos para a "defesa da civilização ocidental".

Tudo seria feito na paz dos campadões, que guerras mesmo, só aquelas de teoria no exame, para brigadeiro, mapa e alfinetes com bandeirinhas, numeros encasquetados no tonticho, três berros fortes, aguerridos, infamantes, vitoriosos da prova de campo.

Ora o fradalhão sabia-lhes os méritos, e como só os queria para passar o conto do vigário ao país, isto é, para convencer o triste povo oprimido que eles eram os detentores da força e duma ordem armada até os dentes, ali os tinha à frente da tropa, bem comidos e melhor instalados, desde que fizessem juz à tanta razão, e nada de desmentir a medalha de comportamento exemplar.

O pior é que, após o Santa Maria, correu pelo mundo, e vai-se con-

PORTUGAL DEMOCRATICO

firmando, que o reino de Santa Comba está no fim. Como manter, ad perpetuum, aquelas posições choradas?

Muito fácil, e sem arriscar o pélo: iam ter com o bicho e, de supetão, atiravam-lhe ao trazeiro, para ele se sumir mais depressa, esta bomba de pataco, que é só para meter medo: "patrãozinho, ponha-se vocemecê dai p'ra fóra, que está velho e coquetiço, e nós enfeitaremos a vaga da sua poltrona de chefe com aquela beleza do Belezza Ferraz, chefe do Estado Maior General das Forças Armadas.

O plano era realmente mirabolante, heroico, corajoso, e de polvorão... só fumaça, que mesmo que fosse um grãozinho de chumbo a sair pela boca de sino do bacamarte totalitário, podia arranhar a cutis macia d'algum dos circuns. tantes, cuja repulsa instintiva por acenos de sangue ia ao exagero de se propagar que em casa de qualquer deles só entrava galinhas mortas.

O fradão, recebida a denúncia, por intermedio do tal Luís de Pina, benzeu-se, pasmado do desplante, e com duas linhas publicadas no Diário do Governo, liquidou, sem mais aquelas, a aguerrida e felosa conjura.

Como unica medida de segurança e para mostrar aos belicosos generais de opereta que se estava nas tintas para suas basofias de autoridade, ou grau de hierarquia militar, mandou ocupar o Ministerio do Exército por um bando de paisanos filiados da Legião, comandados pelo policia Goes Mota.

E agora, um a um vão sendo aqueles gozadores de postos, pastas e pastos, reduzidos a uma inatividade vigiada, com um soldo mais modesto, até que a reforma compulsoria encerre a carreira gloriosa de tantas espadas virgens, que só serviram para dar golpes fundos no dinheiro do povo e ajudar o fradalhão de Santa Comba a manter aqueles dois toques no pobre Portugal ocupado militarmente vai para 35 anos: o do rancho, para os milhetos tropas da guarda pretoriana, o de silencio para a população inteira da metropole e das Colónias.

AINDA O BOTELHO MONIZ, DA DEFESA

Da "Tribuna Livre", jornal clandestino e "Orgão Nacional das Juntas de Ação Patriótica", transcrevemos, muito a proposito e de muita oportunidade:

"Depois de Burro Morto. O nosso povo diz:

FARPAS

DEPOIS DE BURRO MORTO

O nosso povo diz: "Depois de burro morto, cevada ao rabo". Assim procedeu o Sr. General Júlio Botelho Moniz que após ter sido demittido, do seu exilio da Damaia, enviou aos officiaes superiores e subalternos das Forças Armadas cópia da carta que enviara a Salazar, inspirado e pressionado pelos memorandos que recebera do General João Albuquerque de Freitas e do Almirante Noronha de Andrade.

Mas só depois da demissão. Lá diz o rifão: "Depois de burro morto, cevada ao rabo".

Leia e Assine:

SEARA NOVA

A mais antiga publicação cultural portuguesa, é um dos poucos instrumentos de luta por uma cultura desmistificada, que traduz no próprio território pátrio, e embora submetida aos vexames da Censura, os ideais de Democracia e Liberdade.

Pedidos de Assinaturas, ao Centro Republicano Português, Rua Conselheiro Furtado, 191, São Paulo.

V É R T I C E

Revista de Cultura e Arte, e de divulgação e critica das novidades literárias portuguesas, exposições de artes plásticas e movimento teatral.

Pedidos de Assinaturas à Caixa Postal 4630, São Paulo.

PORTUGUESE AND COLONIAL BULLETIN

Mensário, em lingua inglesa, sobre o problema africano-português.

Pedidos de Assinaturas a 374, Gray's Inn Road, Londres, W. C. 1. Inglaterra.

**PORTUGAL
DEMOCRATICO**

**A IMPRENSA BRASILEIRA E O
COLONIALISMO SALAZARISTA**

O jornal Ultima Hora de S. Paulo publicou, em 1.º de junho, o seguinte artigo, em cujo título se lia:

**Salazar vende
e manda negros
para a morte**

BRASILIA, 1.º de junho, (UH) — "A situação de Portugal em suas colônias é insustentável e apenas preservada pela autoridade de Salazar, por seu braço forte que se estende até as colônias, através de sua polícia de ordem política, perseguidora e truculenta" — esta afirmação é feita no relatório confidencial encaminhado ao presidente Janio Quadros pelo ministro Castro Neves na última reunião da Comissão Permanente de Direito Social pelo professor Luis Augusto do Rego Monteiro, delegado-observador do Brasil à I Conferência Regional Africana.

O relatório, cerca de 40 páginas datilografadas, relata os protestos apresentados à Conferência por representantes de 36 nações africanas contra os métodos apressados empregados pela ditadura salazarista em suas colônias africanas — Angola e Moçambique — onde o mais clamoroso é o verdadeiro tráfico de escravos, com a permissão do governo colonial, da mão de obra nativa, que é exportada para a União Sul-Africana, de onde raramente os infelizes voltam com vida.

CONFLITOS SANGRENTOS

Após acentuar que "a aversão contra Portugal não constituía sigilo nas conversações e que seu regime colonizador chegou a ser, expressamente, tachado de cruel", reproduz relatos feitos ante a Assembleia, cita trechos da primeira e expressa condenação à colonização portuguesa, apresentada pelo líder sindical Saidou Diallo, delegado na Guiné: "A humilhante discriminação racial continua provocando uma série de conflitos sangrentos, notadamente na África do Sul e nos países sob a dominação portuguesa — Angola e Moçambique".

E afirma o professor Rego Monteiro que "esses protestos contra a colonização portuguesa não refletem exclusivamente uma hostilidade ideológica nem constituem um ponto de vista parcial. Representam, realmente, uma opinião geral e que foi somente exteriorizada pelos representantes daquelas áreas que escaparam ao extradiplomático trabalho diplomático de Portugal, exercido já diretamente pela Chancelaria de Lisboa e continuado pelo Ministério das Colônias".

DIPLOMACIA

Referindo-se à ação da diplomacia portuguesa no preparo e realização da conferência, acentua o professor Rego Monteiro:

"Foi realmente surpreendente a atuação da diplomacia portuguesa na preparação dessa conferência, como no curso de sua realização. Não houve um só delegado presente que não me manifestasse, confidencialmente, a sua severa crítica aos métodos portugueses em Angola e Moçambique, não ocultando, porém, algum deles, simultaneamente, uma certa e inexplicável indulgência com relação ao "bom Portugal e seus simpáticos delegados".

"Esse trabalho diplomático — acentua — ou mais que diplomático, por tão inexplicável, é que tem mantido essa posição, tão falsa e tão retrograda de Portugal em suas possessões africanas. Posso assegurar que ouvi de pessoas as mais autorizadas, qualificadas e insuspeitas, sob a segurança de minha reserva quanto à origem dessas declarações, que a situação de Portugal nas suas colônias é insustentável e apenas, e a muito custo, preservada, mais do que pela personalidade realmente histórica, assim considerada pelos africanos de Angola, do chefe do governo, professor Oliveira Salazar, por seu braço forte, que se estende até às colônias, na sua polícia de ordem política, perseguidora e truculenta".

As colônias africanas, se já não se emanciparam, não tardarão em fazê-lo, sendo certo que o desaparecimento de Salazar será logo seguido da independência de Angola e, posteriormente de Mo-

çambique. O conflito no Congo veio quebrar, momentaneamente, a solidariedade regional que levaria, talvez já, Angola à independência".

SEGREGAÇÃO

Falando a respeito da segregação existente nos métodos de colonização salazarista, escreve o observador:

"Os depoimentos que ouvi agora sobre os métodos da colonização portuguesa em Angola e Moçambique são de estarrecer: em séculos, Portugal não conseguiu ou não desejou incorporar a população negra. Mais de 80% desta população negra ignoram a língua portuguesa. As escolas dificilmente são franqueadas aos negros. A mais acintosa discriminação racial é praticada, tanto na administração pública, como nos setores privados da sociedade e dos empreendimentos econômicos; essa discriminação fere da mais brutal desigualdade a população negra, quer no acesso ou promoção como remuneração do trabalho. Nenhuma facilidade é proporcionada, finalmente, aos negros africanos no ensino superior, que não existe na África portuguesa e não lhes é acessível em Portugal."

Diz ainda que o atual governador-geral de Angola, desembargador Silva Tavares, tem tentado, contra a opinião sempre preponderante dos militares, corrigir de algum modo essa situação, no que é impedido pelo "sistema e próprios objetivos da própria colonização portuguesa, que nutre a ilusão e pratica a iniquidade do estabelecimento, em Angola e Moçambique, de populações portuguesas brancas de origem metropolitana, com o desconhecimento e o desprezo da população negra nativa."

ESCRavidão E MORTE

"O mais clamoroso — finaliza — é o verdadeiro tráfico de escravos, permitido pelo governo colonial, da mão de obra nativa que, no caso de Moçambique, é, mais criminosamente ainda, exportada para a União Sul-Africana, de onde os infelizes negros raramente voltam com vida às suas tribos, pois, em geral, são afetados mortalmente pela tuberculose contraída nas minerações de ouro da África do Sul."

ESTATISTICAS

Relata a seguir, o professor Rego Monteiro, as espantosas estatísticas sobre a assimilação da população nativa pela colonização portuguesa: "Após 4 séculos de colonização, as estatísticas divulgadas em Angola, para uma população de mais de quatro milhões de nativos, apontam a pequena cifra de cerca de 150.000 habitantes gozando de cidadania e em Moçambique, para uma população ainda maior de 5 milhões de habitantes apenas 100.000 são considerados civilizados, dos quais somente 5% são negros assimilados".

POSIÇÃO DO BRASIL

"Nada mais seria necessário acrescentar — ressalta o delegado brasileiro — para se concluir, sem vacilação, que se o Brasil pretende efetivamente exercer uma ação inspiradora no continente africano, a que está conduzido pelo prestígio de sua vitoriosa experiência no plano da mais fraternal e cristã convivência racial no domínio da implantação de sua civilização subequatorial e tropical, a primeira condição sine qua non será a de se afirmar o governo brasileiro isento de qualquer compromisso com qualquer ignobil política colonial de retardamento da independência dos povos africanos, desbaraçando-se, ainda em tempo, o nosso país de qualquer solidariedade internacional com Portugal, que conta apenas com o Brasil para continuar com sua política escravizadora na África".

DENUNCIA DO TRATADO

Apresentando o caminho a ser seguido pelo Brasil, conclui o professor Rego Monteiro: "Se não foi bastante acintoso o discurso de Salazar perante a Assembleia Nacional portuguesa, a 6 de dezembro de 1954, para que o Brasil denunciase imediatamente o ilusório tratado de Consulta e Amizade, já agora, os superiores sentimentos de interesses do Brasil face à África — fronteira à nossa costa atlântica — e esse incriminado e inconciliável colonialismo português indica o caminho que devemos adotar: o arquivamento daquele indíscuto tratado e de soberba independência na consecução dos nossos maiores e inconfundíveis destinos internacionais."

**VOTO PARA
ANGOLA**

O "Diário de Notícias" do Rio de Janeiro publicou, a 11 de junho, com o título acima, esta nota.

MOMENTO INTERNACIONAL

Portugal foi derrotado no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Estados Unidos e Rússia ficaram solidários num voto de aprovação ao projeto do bloco afroasiático que solicita a Portugal ponha imediatamente fim à repressão contra a população nativa de seu território do Angola, na África Ocidental. Duas abstenções de montaria: a da Grã-Bretanha e a da França.

★ Mesmo apresentada, na concisão das agências telegráficas, a notícia não pode esconder sua própria importância. Finalmente uma maioria esmagadora condena o procedimento de uma ditadura da qual o mundo ocidental nada mais de bom pode esperar. O regime de Salazar está ultrapassado: sobre isto ninguém tem mais a menor dúvida, em que pesem todos os sofismas de burladores ou de "falsos neutros" que procuram enganar aos outros sem se enganarem a si mesmos. Mas o que é muito mais grave é que o comportamento desta ditadura está comprometendo talvez definitivamente o futuro político de Portugal. Já se gastaram rios de tinta, para explicar que não há nenhuma atitude inamistosa contra Portugal no fato de se mostrar que a tirania salazarista não deve mais continuar. O que revolta, o que ultrapassa as ralas da tolerância é que se continue acreditando que Salazar representa realmente alguma coisa para a defesa do Ocidente, na luta contra o comunismo. Há certas solidariedades que são neofascistas. E disto tomarem consciência os Estados Unidos que dificilmente poderiam ser acusados de convivência com o comunismo. O voto dos Estados Unidos, coincidindo com a da Rússia, vem simplesmente provar que é uma questão de puro bom senso se tomar partido contra Salazar nesta fase atual da História. Quando a África inteira se prepara para a grande luta que a espera e que é exatamente a de sua própria promoção no cenário político e econômico internacional, é revoltante se observar que sob a cobertura de princípios cristãos haja ainda quem pretenda manter um povo inteiro sob o jugo de um colonialismo que sobre criminoso é antes de tudo tolo.

Os portugueses dos países afroasiáticos avaliaram entre vinte e cinco mil pessoas o número de mortos pela repressão de Salazar em Angola, contra mil portugueses. E isto em pleno século vinte!

Diante de todos os apelos das nações "amigas" do Ocidente, a resposta do regime português é de pura obstinação. Como se não bastasse a conduta irracional de política de avestruz, dá-se ainda à tolice uma redundância grosseira. E se qualifica sumariamente de "agentes de Moscou", todos aqueles que, em nome de História, em nome de futuro, e sobretudo em nome da África e de Portugal, preconizam uma solução racional para um problema que de qualquer maneira sairá resolvido no sentido da História.

**DEMOCRATAS PORTUGUESES EM DEFESA DA
LIBERDADE DO POVO ANGOLANO**

Entendendo que a sua condição de lutadores pela liberdade do povo português os obriga a lutarem igualmente pela liberdade do povo angolano e pelo fim rápido da guerra colonial, democratas desta capital, enviaram no dia 4 de junho o seguinte telegrama ao Conselho de Segurança das Nações Unidas:

"Delegado República Liberia Conselho Segurança ONU
527 Madison Avenue Suite 419 New York USA
Entidades democráticas portuguesas do Brasil rogam a Vossa Excelência exprima no Conselho de Segurança sua condenação da guerra colonial de Angola e seu apoio a medidas desse Conselho suspensivas da agressão e favoráveis ao exercício imediato do direito de auto-determinação por parte do povo de Angola;
Jornal Portugal Democrático
Centro Republicano Português
Comitê dos Intelectuais Pro Liberdade de Expressão.
Seguem-se numerosas assinaturas.

Porque a única coisa de absolutamente certa em todo este conflito é esta que Portugal não pode mais conservar sob seu domínio colonial um pedaço da África que faz parte integrante deste mundo novo, destas "rising nations" para as quais soou definitivamente a hora de sua emancipação. Nesta guerra absurda Portugal sairá de qualquer maneira perdendo.

E é mais triste ainda a história das ocasiões perdidas, porquanto bastaria aos atuais dirigentes portugueses abrir os olhos para o exemplo do que se passa à fronteira de Angola. A pressão da África inteira, para não dizer do mundo inteiro, condena de antemão as veleidades de Salazar que são sinais de fraqueza e não de força. Numa entrevista concedida recentemente ao correspondente do "New York Times", Salazar afirmava textualmente: "Se cometi erros, em Angola, estes erros consistiram numa excessiva tolerância". E continuando: "A ação terrorista em Angola é inspirada única e exclusivamente por agentes de fora". Mas como o correspondente solientasse que o número de nativos envolvidos na rebelião já era agora bastante alto, Salazar retrucou com um argumento pronto: "Esses nativos são vítimas da velha técnica da intimidação".

★ Francamente, o que é triste é observar os raciocínios elementares que fundamentam o comportamento de um "grande estadista" para com o futuro de um povo. Quando, no século vinte, a política de uma nação se baseia nos preconceitos individuais de uma classe rejeitada, os rumos do combate ficam traçados de antemão. O que há de escandaloso é que uma nação cristã só leve em consideração a força e o sangue para a emancipação de um povo.

**Pronunciamento
do M. A. B. L. A.**

O Movimento Afro-Brasileiro pela Libertação de Angola distribuiu a seguinte nota:

"Em face da resolução do Conselho de Segurança da ONU do dia 10 de junho de 1961 que visa fazer um levantamento da atual situação dos funestos eventos provocados pelo trabalho — já condenado pelo mundo de nossos dias — do colonialismo português em Angola, o MABLA comunica seu total apoio a essa iniciativa, uma vez que é legítima sob todos os aspectos, considerando que:

- 1) devem ser envidados todos os esforços a fim de que se mobilize a opinião pública com o objetivo de se desmascarar definitivamente o prosseguimento das barbaridades inumanas e antidemocráticas perpetradas pelo salazarismo;
- 2) a política exterior de nosso governo deverá se orientar cada vez mais no sentido de apoiar o esforço de libertação dos povos espoliados pelo colonialismo, em fase de dissolução.

O MABLA, de acordo com seus objetivos, exige ainda do espírito democrático de Sua Excelência, sr. presidente da República, a integral solidariedade às referidas medidas, através de seus representantes naquela organização, uma vez que elas correspondem ao sentimento unânime do povo brasileiro".

**Movimento
Pro-Anistia em
Espanha e Portugal**

A Comissão Coordenadora do Movimento Pró Anistia dos Presos e Exilados Políticos Espanhóis e Portugueses, realiza a 8 de julho, às 16 horas, uma reunião ampliada na sede a U.B.E., Rua 24 de Maio, 250 — 3.º, a fim de tratar de importantes iniciativas ligadas ao movimento pela anistia.

O Centro Democrático Espanhol realizará no dia 9 de Julho, às 15 horas, na sua sede à rua da Figueira, 57, um Ato Público que representará o início da SEMANA CONTINENTAL DE SOLIDARIEDADE e a CONFERENCIA LATINO-AMERICANA DE PARLAMENTARES, que terá lugar no Chile, em agosto.

Todos os democratas portugueses devem comparecer a este ato.

**Campanha de
Fundos do Portugal
Democrático**

É-nos grato poder afirmar, já hoje, que esse apelo não foi feito em vão. Na realidade, a lista de contribuintes, para uma Campanha de TREZENTOS CONTOS que nos permita saldar débitos e constituir um Fundo de Manejo, já regista, nesta data, quase Cem Contos. Acreditamos portanto, na vitória da Campanha e daremos um relato mais pormenorizado no próximo número inclusive a lista dos contribuintes, a qual por absoluta falta de espaço não podemos indicar hoje, dada a sua extensão.

LEIA:

"MISSÃO EM PORTUGAL"
de Alvaro Lins
Preço Cr\$ 450,00
Exterior incl. portes US\$ 3

"QUANDO OS LOBOS JULGAM"
(A defesa de Aquilino Ribeiro)
Cr\$ 100,00

"OS ÚLTIMOS DIAS DO FASCISMO PORTUGUÊS"
de MARIA ARCHER
Cr\$ 200,00 — Enc.: Cr\$ 300,00

"La Realidade Portuguesa"
de Maria Luiza Silva Neves
Cr\$ 110,00

Pedidos à nossa Redação

CONFERENCIA DE CASABLANCA

A LUTA CONTRA O COLONIALISMO SALAZARISTA

A Conferencia das Organizações Nacionistas das Colonias Portuguesas, realizada em Casablanca, em abril ultimo, foi de uma importancia excepcional sob todos os pontos de vista.

Com a publicação na integra, da Declaração Geral e das Resoluções sobre as Colonias Portuguesas, que, por falta de espaço, não foram impressos no nosso numero de junho passado, cremos prestar um serviço relevante a todos que desejam esclarecimentos sobre a luta dos povos Coloniais para a sua independencia.

DECLARAÇÃO GERAL UNIDADE, SOLIDARIEDADE, COOPERAÇÃO

UNIDADE: A conferencia das Organizações Nacionistas das Colonias Portuguesas, reunida em Casablanca de 13 a 20 de abril de 1961, tendo reunido representantes dos Movimentos de Libertação Nacional de Cabo Verde, da Guiné, de São Tomé e Príncipe, de Angola, de Moçambique e de Goa, procedeu a um exame profundo da situação que prevalece nos países ainda submetidos ao dominio colonial de Portugal.

A Conferencia constatou a identidade das formas de opressão politica, económica, social e cultural que vigoram nesses países.

CONSIDERANDO que a politica do Governo Português se caracteriza pela supressão das liberdades fundamentais nas colonias;

CONSIDERANDO que o Governo Português recusa reconhecer o principio da primazia dos interesses dos habitantes destes países e, contrariamente ao direito dos po-

à liquidação imediata do colonialismo português e à libertação de qualquer forma de opressão;

PROMOVE a mobilização de todos os patriotas das colonias portuguesas dentro das respectivas organizações nacionais e incita-os a acelerar o processo de liquidação do colonialismo português.

CONVIDA os diversos movimentos nacionalistas a agrupar suas forças nas **FRENTES DE LUTA UNIDA** em torno dum objetivo imediato — a liquidação do colonialismo português.

A Conferencia das Organizações Nacionistas das Colonias Portuguesas, constatando que somente a independencia nacional pode favorecer a consolidação da paz e a cooperação internacional entre os povos;

CONSTATANDO que a sobrevivencia do colonialismo português é uma causa permanente de conflitos;

justa causa dos povos ainda submetidos ao dominio colonial português e se oponham eficazmente à continuacão dos métodos de repressão fascista nestes países.

A Conferencia das Organizações Nacionistas das Colonias Portuguesas registrou com satisfacão as declarações da Conferencia dos chefes de Estado Africanos realizada em Casablanca de 4 a 7 de fevereiro de 1961 que proclamou na sua Carta a "vontade de libertar os territórios africanos ainda sob dominio estrangeiro, de lhes prestar ajuda e assisténcia, de liquidar o colonialismo e o neo colonialismo sob todas as suas formas, de não encorajar o estabelecimento de tropas e bases estrangeiras que ponham em perigo a libertação da Africa e de se ocuparem igualmente em libertar o continente africano de intervenções politicas e de repressões económicas.

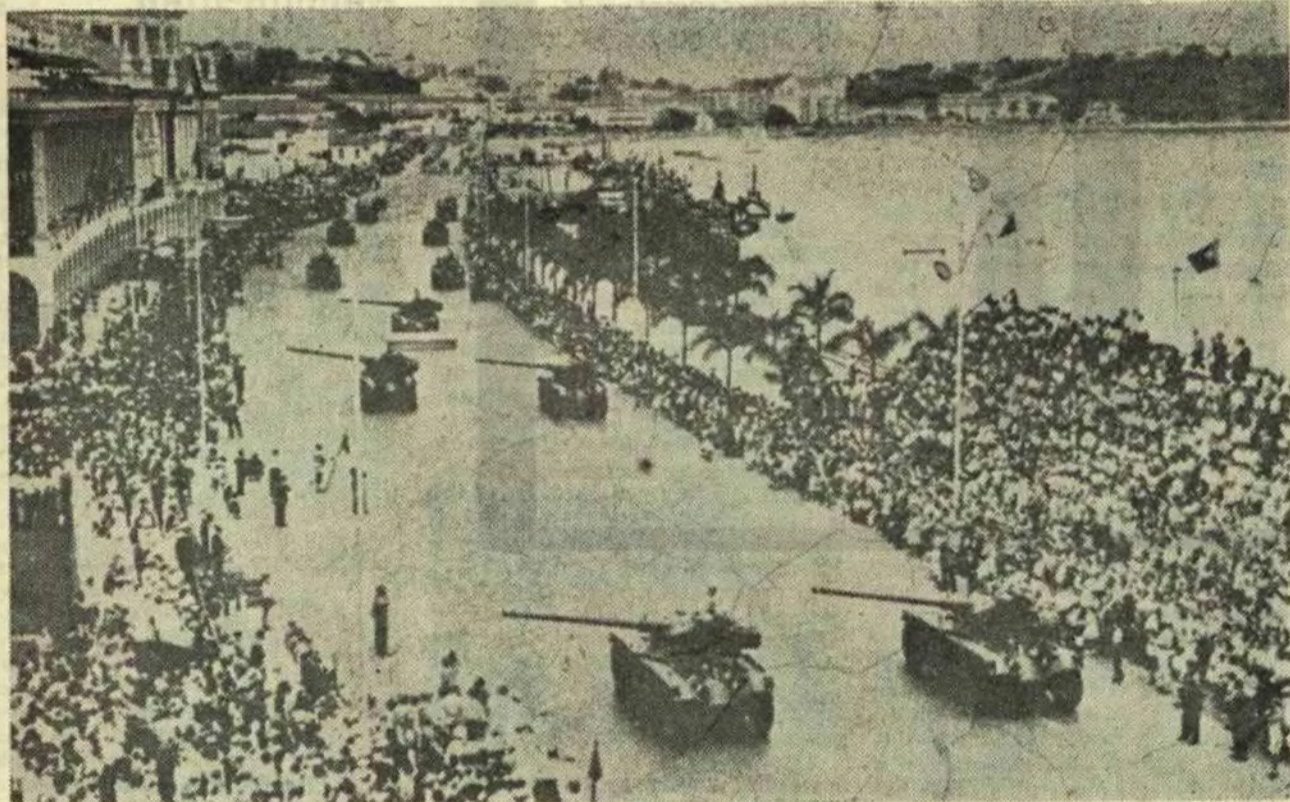
SOLIDARIEDADE:

A Conferencia, **CONSTATANDO** que o combate contra o colonialismo entre hoje na sua ultima e decisiva fase, que as potências colonialistas num último esforço consigam uma verdadeira frente para a conservacão do essencial do seu poder económico e militar na Africa e na Asia;

CONSTATANDO que essas mesmas potências recorram frequentemente a meios tão covardes como o assassinato de dirigentes como foi o caso de Patrice LUMUMBA, herói da Africa.

A Conferencia das Organizações Nacionistas das Colonias Portuguesas reafirma a sua solidariedade com os povos que combatem contra todas as formas do colonialismo e do imperialismo.

MANIFESTA, no que respeita à Africa a sua aprovacão total à Resoluçao sobre a libertação dos Povos dependentes, estabelecida na 3.a Conferencia dos povos africanos, reunida no Cairo de 25 a 31 de março de 1961;



Os tanques da "Paz Salazarista" desfilam em Luanda, capital da Angola e já posse Salazar procura manter pela força das armas e contra a vontade de um povo inteiro.

vos de disporem de si próprios, obstina-se em manter o mito das "provincias ultramarinas";

CONSIDERANDO que o Governo Português, em vez de considerar uma soluçao pacifica para o conflito que opõe os povos destes países à Administracão Colonial, intensifica os métodos fascistas de repressão contra os nacionalistas pelo envio de reforços militares, pela prática do genocidio e pela criaçao de focos de guerra;

CONSIDERANDO que esta atitude anacrónica, contra a marcha da história e do bom senso, levou os nossos populares a considerar os meios eficazes para a sua auto-defesa coletiva;

CONSIDERANDO que os povos das colonias portuguesas aspiram ardentemente à autodeterminacão e à independencia;

SAUDA todos os patriotas que combatem pelo triunfo da causa da independencia, da justiça e da liberdade em Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e Goa e em todos os outros territórios submetidos ao dominio colonial português.

CONVENCIDA da necessidade urgente de libertar os povos colonizados por Portugal;

PROCLAMA a Unidade de Açao das organizações Nacionistas na luta por todos os meios com vista

MANIFESTA a sua adesão à declaração universal dos Direitos do Homem e aos principios de coexistência proclamados pela Conferencia de Bandung;

CONFIRMA as declarações e resoluções adotadas pelas Conferencias dos Povos Africanos e da Solidariedade Afro-Asiática;

DECLARA a sua solidariedade atuante com todas as forças anti-colonialistas do Mundo;

APELA para todos os Estados independentes da Africa e da Asia, assim como para todos os países amantes da paz e da liberdade para que interditem os postos e os aeródromos aos navios e aviões portugueses e para que reconheçam as respectivas resoluções diplomáticas e económicas com Portugal;

APELA para os povos do Mundo inteiro para que boicotem as mercadorias portuguesas;

APELA para os trabalhadores da Africa, Asia e de todo o Mundo para que se recusem a descarregar navios tendo portos portugueses por proveniencia ou destino.

De acordo com a declaração de 14 de dezembro de 1960, adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas,

CONVIDA todos os países e todos os homens amantes da paz e da Liberdade para que apoiem a

SAUDA a luta heróica do povo argelino pela sua libertação nacional.

RECONHECE os direitos legítimos de Marrocos sobre Ifni, Cente e Melilla.

APROVA a resoluçao sobre o Mauritania adotada pela Conferencia Africana de Casablanca.

CONDENA a ocupação colonial do Saara africano;

CONDENA as manobras imperialistas no Congo;

CONDENA a política separatista em vigor na Africa do Sul;

CONDENA a política Sul-Africana no Suldeste africano;

EXIGE a concessão da independencia aos territórios da Africa Central, da Niassalândia, da Rodésia do Norte e da Rodésia do Sul.

COOPERAÇÃO:

A Conferencia das Organizações Nacionistas das Colonias Portuguesas, após exame das necessidades atuais da luta contra o colonialismo português e na firme determinação de coordenar eficazmente as atividades dos movimentos nacionalistas das colonias portuguesas, adapte as medidas seguintes, destinadas a execuçao imediata:

Doze pontos Fundamentais

1 — Obtencão de fundos junto das organizações que simpatizem com a causa dos povos das Colonias Portuguesas, por pedidos públicos;

2 — Ajuda mútua às organizações nacionalistas das colonias portuguesas por um rápido desenvolvimento dos respectivos métodos de trabalho e meios de açao;

3 — Consolidação da unidade das organizações nacionalistas de cada colonia;

4 — Apelo às organizações nacionalistas das colonias portuguesas que não participavam nesta conferencia para aderirem imediatamente aos principios desta Conferencia;

5 — Obtencão de meios para a autodefesa e para o sustento da resistencia dos povos das colonias portuguesas;

6 — Obtencão da assisténcia médica e dos meios de subsisténcia necessários às vítimas da agressão colonial portuguesa;

7 — Açao de esclarecimento do povo português sobre a legitimidade da luta dos povos coloniais;

8 — Apoio concreto ao movimento democrático português e estabelecimento de ligações úteis com as organizações democráticas portuguesas;

9 — Publicidade permanente por todos os meios a fim de mobilizar a opinião pública mundial a favor da causa dos povos das colonias portuguesas;

10 — Cooperaçao com os movimentos anticolonialistas e democráticos de todos os países;

11 — Diligencias junto de todos os países a favor de campanhas e de manifestações públicas de protesto contra a violação dos direitos do homem e contra as atrocidades perpetradas pela administracão colonial portuguesa, assim como a favor da libertação imediata de todos os prisioneiros politicos;

12 — Execuçao de todas as medidas que conduzam ao boicott económico e diplomático de Portugal no plano internacional.

Publicamos, seguidamente as Resoluções sobre as Colonias Portuguesas, completando assim a transcriçao integral iniciada no numero de Junho de PORTUGAL DEMOCRATICO.

Resoluçao sobre a Guiné Portuguesa e as Ilhas de Cabo Verde

A Conferencia das Organizações Nacionistas das Colonias Portuguesas, após análise da situação atual dos povos de Guiné Portuguesa e de Cabo Verde, segundo o relatório apresentado pelo Partido Africano de Independéncia,

DENUNCIA mais uma vez os massacres, os assassinatos e as torturas na Guiné Portuguesa, a morte de dezenas de milhares de pessoas em Cabo Verde, reduzidas à fome.

DENUNCIA as tentativas secretas praticadas atualmente pelo Governo Português para estabelecer, nestes países, novas formas de colonialismo, nisso ajudado pela traiçao de alguns africanos.

DENUNCIA as conspirações imperialistas contra a luta e a liberdade dos povos da Guiné e de Cabo Verde; as concessões vantajosas feitas pelo Governo português aos capitais estrangeiros assim como a criaçao de bases militares da OTAN neste país.

APELA para estes povos a fim de que realizem uma união sólida entre eles e com os povos das outras colonias portuguesas para a liquidação rápida e total do dominio colonial.

APELA para todos os países africanos e asiáticos independentes para que concedam um auxilio concreto e imediato à luta de libertação dos povos da Guiné e de Cabo Verde, para a liquidação rápida, e por todos os meios, do colonialismo português, e para que seja evitada toda possível tentativa de estabelecer um neo-colonialismo nestes territórios.

Resoluçao sobre S. Tomé e Príncipe

A Conferencia das Organizações Nacionistas das Colonias Portuguesas, reunida pela primeira vez em Casablanca, de 18 a 20 de abril de 1961, após ter analisado a situação em S. Tomé e Príncipe, caracterizada pela continuacão do trabalho forçado nas propriedades agrícolas; o agravamento das condições de vida, já miserável, da população africana, tornando a sua existencia cada vez mais difícil, a intensificacão da repressão contra os patriotas deste país.

PEDE a exclusão de Portugal da Organizacão Internacional do trabalho.

DENUNCIA as manobras tendentes a criar um clima de hostilidade entre os nacionais e seus angolanos, moçambicanos e caboverdeanos, com o único objetivo de dividir as forças do povo e impedir a unidade de açao contra o inimigo comum.

ENCORAJA a luta nacionalista do povo de S. Tomé e Príncipe.

DECLARA o seu apoio total ao Comité de Libertação de S. Tomé e Príncipe, organizacão das forças ativas desta colonia, cuja luta é uma contribuicão positiva para a liquidação do colonialismo português.

Resoluçao sobre Moçambique

A Conferencia das Organizações Nacionistas das Colonias Portuguesas, reunida em Casablanca de 18 a 20 de Abril de 1961, após proceder a um estudo concreto e profundo da situação em Moçambique, e de acordo com a União Democrática Nacional de Moçambique; **CONDENA** a opressão colonial sob a qual vive a população africana de Moçambique, opressão caracterizada particularmente por:

- prática sistemática do trabalho forçado
- exploracão desavergonhada do trabalho dos africanos
- ausencia total de direitos politicos e humanos
- obscurantismo cultural no qual é mantida a população africana.

DENUNCIA os acordos económicos entre Portugal e a União Sul-africana e a Rodésia do Sul, que constituem perda humana e económica para Moçambique;

AFIRMA o direito inalienável do povo moçambicano à autodeterminacão e à independencia nacional;

ELEVA-SE contra a repressão de que são vítimas os patriotas moçambicanos.

— Contra os barbaros métodos de repressão empregados pelas autoridades portuguesas e dos quais o massacre de MUEDA é a prova recente.

— contra os preparativos militares que o governo português está realizando com o fim de julgar o movimento patriótico popular.

— contra as manobras empreendidas pelo governo português a fim de instaurar em Moçambique uma ditadura social semelhante à da Africa do Sul.

— contra os pactos de aliança entre Portugal e a União Sul-africana e as Rodésias, os quais obrigam Moçambique sem o livre consentimento do povo moçambicano.

— contra a utilizacão dos soldados moçambicanos nas guerras contra os nossos irmãos dos outros países sob o dominio colonial português.

APOIA o povo moçambicano na sua luta emancipadora e encoraja-o a prosseguir na união e combate pela liquidação do colonialismo e a conquista da independencia nacional;

APELA para a organizacão das Nações Unidas para condenar vigorosamente, e por medidas concretas, a politica colonial do Governo Português, no respeito do principio dos direitos dos povos a dispor de si próprios e da Declaração da ONU de 14 de Dezembro de 1960, a fim de evitar que Moçambique se transforme num foco de guerra e portanto constitua uma ameaça para a paz e a segurancça internacional.

**PORTUGAL
DEMOCRÁTICO**

COMENTÁRIOS

DO MÊS

OS GRANDES CONSPIRADORES

O governo de Salazar tem sustentado perante os organismos internacionais, os outros governos e a opinião pública portuguesa que a guerra de libertação de Angola não passa, pelo lado dos angolanos, de simples terrorismo de natureza comunista, destinado a realizar uma conspiração internacional contra Portugal. Por esta razão e porque Angola seria tão portuguesa como a serra da Estrela, a ação das tropas portuguesas não passaria, também, de uma ação de limpeza, em assunto interno português.

Ora, a forma pela qual a questão angolana continua a ser debatida nos organismos das Nações Unidas mostra a quem queira ver que as teses salazaristas são completamente repudiadas por todos os estados (com exceção, é claro, do fascismo espanhol e do racismo sul-africano, a bem dizer banidos da comunidade internacional), de todos os continentes, de todas as naturezas e de formas de governo entre si tão diferentes.

Agora, foi a última votação no Conselho de Segurança da ONU. No passado dia 1 de Junho, 41 países do grupo afro-asiático, juntamente com a Jugoslávia, tomaram a iniciativa de solicitar ao Conselho resoluções práticas para pôr cõbro ao morticínio da guerra angolana. Logo 5 dias depois, intervalo extraordinariamente curto e incomum em casos semelhantes o Conselho reuniu e incluiu a questão no seu temário. E, no dia 9, era aprovada por 9 votos em 11, com a abstenção apenas da Inglaterra e da França, a resolução apresentada pela Libéria, Ceilão e R.A.U. convidando as autoridades portuguesas a cessar imediatamente as medidas de repressão em Angola e a oferecer todas as facilidades à comissão da ONU encarregada de examinar "in loco" a situação.

A comissão investigadora é composta por delegados da Bolívia, Dahomey, Malaia, Finlândia e Sudão, países que dificilmente poderão ser acusados de estarem empenhados na tal conspiração contra Portugal. Mas o governo de Salazar declarou já, como se esperava, que desconhecia a existência da comissão e a sua missão, decisão que implicará, naturalmente, novo exame do problema pelo próprio Conselho de Segurança e também pela próxima Assembléa Geral da ONU, de que poderão decorrer sanções económicas contra Portugal e quaisquer outras medidas coercitivas de irrecusável legitimidade.

Esta condenação unânime e clara, por parte de todo o Mundo, da ação do governo e das tropas salazaristas em Angola faz com que sejam estes, afinal, a desempenhar o papel de verdadeiros terroristas e conspiradores contra o que de mais sagrado existe: a liberdade dos povos e a Paz.

TERRORISMO E INSURREIÇÃO

II

O 35.º aniversário da ditadura instaurada pelo 28 de Maio foi "comemorado" em Lisboa com a explosão de uma bomba de plástico, que feriu várias pessoas.

Apenas a data escolhida torna menos provável, mas ainda possível, a hipótese de uma provocação por parte da própria PIDE.

Em qualquer caso, julgamos que a Oposição não pode reconhecer como seus aquele e outros atos semelhantes, se vierem a ocorrer, pois tratar-se-á, na melhor das eventualidades, de puro terrorismo, completamente desenquadrado da ofensiva geral contra o fascismo português que se impõe desencadear, na base da cooperação prévia e da unidade de ação de todas as forças democráticas.

Esta ofensiva ter-se-á de desenvolver, sincronicamente, em vários setores da realidade económica, social e política do país e nos estratos subterrâneo e patente de cada um desses setores.

A configuração revolucionária desta ofensiva só poderá ser a da insurreição popular, em correspondência a uma direção responsável. Mas da insurreição terá de ficar excluído todo o terrorismo, tal como o golpismo, por serem meras demonstrações de aventureirismo político, especialmente o terrorismo do género do do passado 28 de Maio.

ANGOLA E A OPINIÃO PÚBLICA BRASILEIRA

III

O embaixador-brasileiro em Lisboa terminou a sua viagem a Angola e as suas passeatas aos locais previamente assinalados pelas autoridades portuguesas daquele território, com palavras que agradavelmente repercutiram nos ouvidos do Secretariado Nacional de Informação (leia-se Propaganda...)

Engana-se, no entanto, aquele órgão, que no nosso país toma a vez da opinião pública amordaçada, se julga que o Dr. Negrão de Lima influenciará de algum modo decisivo as autoridades do Brasil e a livre opinião pública brasileira em face da guerra colonial.

O presidente Janio Quadros possui já o bem documentado e informado relatório do Dr. Luis Augusto Monteiro de Barros, que ainda há pouco, regressando da reunião de líderes africanos realizada na Nigéria, declarou "acreditar firmemente na veracidade das acusações feitas por representantes do Movimento Popular de Libertação de Angola, que denunciaram massacres friamente cometidos em Angola por agentes da ditadura salazarista".

Quando à opinião pública brasileira, já ela se pronunciou claramente, pela imprensa, pela boca dos representantes populares e até em comícios, pelo direito do povo angolano dispôr do seu próprio destino, como também, há já mais tempo, pelo direito do povo português fazer valer a sua vontade contra a ferrugenta e desacreditada ditadura.

Processo, aliás bem simples, de provar o que dizemos seria o embaixador Negrão de Lima conseguir autorização do governo salazarista para que a imprensa portuguesa pudesse reproduzir nas suas colunas os editoriais, artigos, comentários e até fotografias referentes à luta do povo angolano e publicados diariamente, podemos dizer que sem exceção, pelos jornais brasileiros, impedidos de circular no nosso país — mas que, segundo julgamos, devem chegar, pelo menos por ora, à embalagem do Brasil...

A LIBERTAÇÃO E AS CHANCELARIAS ESTRANGEIRAS

IV

A recente visita de lord Home, ministro do Exterior da Grã-Bretanha, a Madrid e a Lisboa, não obstante as enérgicas críticas da Oposição inglesa, põe mais uma vez o problema da posição do governo britânico e, de uma forma geral, dos do chamado "mundo ocidental" perante o governo português e a camarilha salazarista.

A viagem do ministro às duas capitais mostra, primeiro do que tudo, que o caso português é considerado em Londres sob o mesmo ângulo por que é visto o caso franquista, e não em função da atual conjuntura do governo de Salazar perante a guerra de libertação de Angola.

Ora, não restam dúvidas a ninguém de que o regime de Franco não conta com a simpatia do governo britânico. Simplesmente, os interesses económicos e militares das grandes potências capitalistas nunca se compadeceram muito bem com a simpatia ou antipatia despertadas pelos governos da Península Ibérica, como Churchill, em 1946, numa altura em que nos Comuns se debatiam possíveis sanções económicas contra Franco, esclareceu devidamente, ao afirmar que era sem dúvida anti-franquista mas não podia passar sem as laranjas espanholas ao primeiro almoço. Agora, trata-se, na hipótese mais provável, do abandono iminente pelos americanos das bases militares que mantêm em Espanha, as quais seriam substituídas, em melhores condições de preço, pelos submarinos nucleares equipados com foguetes "Polaris", mas que oferecem ainda todo o interes-

se para o dispositivo da estratégia militar britânica.

Quando a Portugal, a abstenção da Inglaterra (e da França) nos debates sobre a questão angolana recentemente efetuados no Conselho de Segurança da ONU demonstra à saciedade que não é com o apoio daquele país (nem com o de qualquer outro) que Salazar poderá contar para prolongar os poucos dias que restam ao seu império.

Mas, tão verdadeira quanto esta certeza, tem a Oposição pela frente outra certeza: é a de que não será ela, também, a poder contar com a ação decisiva das chancelarias estrangeiras a seu favor, a favor da libertação do nosso país. Esta terá de provir da atuação insurrecional do povo português, a qual terá todas as condições de êxito a partir da altura em que se encontre criado e devidamente exercitado o necessário aparelho organizativo.

Será então que as simpatias do "mundo ocidental" pela democracia portuguesa depararão com livre curso: desde já auguramos, com efeito, que o reconhecimento internacional do regime provisório que surgir em Portugal e prometer a realização a curto prazo da honesta eleição de uma Constituinte será, porventura, o mais rápido e unânime de todos quantos no mundo têm tido lugar em condições semelhantes.

Até — quem sabe! — se o velho Salazar acalentar a esperança de se dedicar, como financista reformado, a pequenas especulações na City londrina, não será o governo de Sua Majestade britânica a fazer-se mais rogado para extraditar o agente de tantos crimes do que o governo norte-americano para extraditar, parece que dentro de dias, o ex-ditador Perez Jimenez...

M. S.

OU... OU... OU...
A ORDEM É MATAR!

V

O governo português, pelo Decreto-Lei n.º 43558 de 28 de março de 1961, criou os Corpos de Voluntários das Províncias Ultramarinas, constituídas por cidadãos portugueses nas residentes e destinadas a manter a integridade e soberania nacional. No seu art. 24, o citado Decreto-Lei afirma:

"Considerar-se-ão realizados em legitima defesa os atos praticados por um voluntário para prevenir ou fazer cessar uma agressão ilícita contra pessoa ou dignidade próprias ou de outro voluntário, ou contra o armamento, equipamento e quaisquer outros artigos destinados ao corpo a que pertence ou contra o prestígio deste ou de quaisquer outras instituições ou pessoas que o voluntário deva defender, sempre que os meios empregados sejam aqueles que os deveres dos voluntários e as circunstâncias razoavelmente aconselham, salvo se o voluntário tiver provocado a agressão por uma atitude contrária aos princípios do referido corpo."

E no parágrafo único do referido artigo:

"Quando os meios de defesa empregados forem excessivos, ou se tiver havido provocação por parte do voluntário que se defende, mas insuficiente para razoavelmente justificar a agressão, ou se a defesa se realizar depois de a agressão consumada, ainda que não haja reação de nova agressão, poderá o voluntário ser isento de pena, se proceder num estado de exaltação desculpável."

Reparem os leitores que este artigo do Decreto mais parece um convite para um concurso de tiro ao alvo, em que não conta a cor do alvo (pode ser preto, ou mulato ou amarelo, salvo branco), nem a posição (pode estar longe ou perto, parado ou a andar, ou a correr). Há alvos que não são alvos (ou serão?) e que podem ser abatidos por engano, ou confusão, ou exaltação, ou receio desculpável pois há muita "coisa" que se mexe e pode ser alvo (como distinguir, se todas as "coisas" são da mesma cor?). Mas se assim acontecer, nada tenham os concorrentes a temer: ser-lhes-á contado só meio ponto em vez de um, dada a legítima ou razoavelmente justificada incerteza!

Já me ia esquecendo da principal cláusula do concurso: os concorrentes só podem ser "brancos", para não aumentar mais a confusão!

Assumiu as funções de Governador Geral de Angóla o General

Deslandes. Ao chegar a Angóla falou à população, transmitindo o seu propósito e o de governo de "liquidar" completamente a rebelião, através duma luta sem quartel e por todos os meios ao alcance. Disse mais, que não seriam tolerados quaisquer "desvios" de orientação, que seriam neutralizados todos os discordantes.

Estamos, pois, chegados oficialmente ao ponto para o qual por diversas vezes chamáramos a atenção dos leitores esses artigos anteriores.

Na impossibilidade de defenderem sózinhos as suas posições, Salazar e os setores capitalistas da Metrópole procuram "dividir para reinar". Procuram transformar a rebelião de Angola numa luta racial entre brancos e negros. Eles sabem que só poderão resistir por algum tempo mais na medida em que os colonos e os angolanos brancos, obcecados por uma propaganda cientificamente orientada, apoiarem as medidas governamentais e os atos de chacina generalizada do Exército e Polícias. Salazar sabe bem que só através desses métodos poderá defender-se quando a luta se estender também às outras colónias.

Ao mesmo tempo procede a um amplo trabalho psicológico na Metrópole, de forma a garantir o apoio ou pelo menos a neutralidade do povo português e de alguns setores da Oposição.

Se é possível que, de início, o salazarismo possa marcar alguns pontos, não é menos verdade que com o decorrer do tempo, com o agravamento das condições de vida das populações, com a estagnação da vida económica, com a miséria e a dor a alastrarem a um número de lares dia a dia maior, a derrota será fatal. O descontentamento aumentará até provocar a paragem definitiva e forçada da "máquina", para bem de todos os portugueses e de todos os povos das colónias.

M. D.

Fundação Abel Salazar



Esta fundação, que se destina a perpetuar o nome e a obra do grande patriota português, precisa da ajuda de todos nós para manter-se.

Adquire reproduções de obras de Abel Salazar, pedindo o catálogo à nossa Redação.

COOPERATIVA PARA OS PORTUGUESES DE SÃO PAULO

A Comissão eleita em 5 de março e o Centro Republicano Português estão a proceder ao estudo, em íntima colaboração, da criação de uma cooperativa de consumo destinada a servir os portugueses desta capital, estando já em contacto com o Departamento de Assistência ao Cooperativismo do governo do Estado de São Paulo.



Tudo se vende através dos CLASSIFICADOS do ESTADO DE S. PAULO

José Gregorio (Alberto)

A 13 de maio de 1961, em Praga, morreu José Gregório (Alberto).

Era o ano de 1934, a ditadura fascista de Salazar, que uma repressão interna cada vez mais extensa e violenta começara a consolidar, encorajada pelo aspecto dominante da situação internacional, (subida de Hitler e do nazi-fascismo ao poder), resolvera acabar com as liberdades sindicais e com os sindicatos livres que até então se lhe opunham em defesa dos interesses da classe trabalhadora portuguesa. Não seria, porém, sem luta que conseguiria arrancar ao Povo Português a derradeira Liberdade que lhe restava. Por todo o país, as classes trabalhadoras se levantaram contra a ditadura Na Marinha Grande, o movimento tomou aspetos de insurreição. Com armas de circunstância, em todo o caso, armas, 4.000 operários vidreiros encabeçando o movimento de todo o povo da Marinha Grande, com José Gregório (Alberto) à frente, tomaram conta da municipalidade. Por algumas poucas horas a primeira ilha de liberdade existiu e as tropas que depois viriam para a esmagar não conseguiriam jamais apagar-lhe o exemplo libertador — a insurreição, nem aniquilar o espírito de luta de José Gregório (Alberto) que viria a ser durante mais de 20 anos um grande dirigente do povo na luta contra o fascismo salazarista.

Emigrado de 1934 a 1937, preso novamente e torturado pela PIDE em 1938, foi libertado em 1940. Entrou na clandestinidade em 1941 lutando sem descanso, e participou ativamente na direção das lutas económicas e políticas do Povo português. Em 1955, vitimado pelos maus tratos que sofrera nas prisões e pelas agruras da luta clandestina — a fome, o frio, as longas noites de insónia, a fuga constante à polícia e todos os tormentos que a clandestinidade comporta em Portugal, ficou impossibilitado de andar. O seu coração tantas vezes generoso, tantas vezes refugio dos humildes, tantas vezes coragem para os desesperados, tantas vezes praça forte nos momentos de perigo e da angústia da polícia que mata, estava cansado. Batia descompassadamente ao menor esforço, ameaçava parar a cada momento. Contra a sua vontade, os companheiros de luta mais dedicados conseguiram pô-lo a salvo das garras da PIDE. Seis anos entre a vida e morte lutando, lutando para voltar.

José Gregório (Alberto), do teu corno só regressarão as cinzas mas nós te multiplicaremos o exemplo. Um dia, breve, mil Marinhas Grandes se insurgirão. Portugal, o teu querido Portugal será livre e nós seremos milhões no encontro que teremos numa praça onde em cada esquina, se lerá: José Gregório (Alberto) — Herói do Povo Português.

A Redação

PELA PATRIA, LUTAR

Saudamos, nestas colunas, o aparecimento de "TRIBUNA LIVRE", órgão nacional das JUNTAS DE AÇÃO PATRIÓTICA, cujos objetivos estão claramente traçados no editorial do primeiro número daquela publicação, datada de Abril último. Esse editorial, intitulado "Pela Pátria, Lutar", e o artigo "O Caminho da Vitória", são transcritos seguidamente:

Não te trazemos uma mensagem política; a verdade de um ideário, as sugestões de um programa. Chamamos-te para a realidade de um problema trágico: Portugal deve sobreviver. É a nossa terra. É a nossa Pátria. E o governo atual, versão momentânea, fortuita, ocasional, da máquina opressora que escraviza o País há trinta e cinco longos anos, arrasta-nos da escravidão para a falência, do isolamento para a guerra, da guerra colonial para a derrota sem glória e sem honra. Não é de política que se trata no restrito e partidário sentido da palavra. Trata-se de Portugal, da terra dos teus Pais e dos teus Filhos, trata-se da tua Liberdade e da tua Vida, trata-se de viver com dignidade e em paz ou de permitir a um governo inimigo do Povo e da Pátria que nos conduza aos abismos do totalitarismo, do silêncio, do isolamento, da miséria e da guerra.

Isolado nas votações da Assembleia Geral das Nações Unidas, reduzido à comprometedor solidiedade da Espanha franquista e da África do Sul racista, o governo de Oliveira Salazar para se aguentar no poder, esmagando e explorando a Nação, não hesita ante a repressão interna, os planos de guerra civil, de supressão física dos opositoristas mais destacados, as Provoações e as simulações terroristas, a política de guerra colonial. Finalizando o ciclo do seu governo, de opressão e de terror policial, coroadando a sua glória de ditador totalitário, Oliveira Salazar que não foi soldado e hoje é o Ministro da Defesa de forças Armadas que perderam o poder e o sentido da sua responsabilidade nacional, oferece aos Portugueses, como derradeiro presente, a última guerra imperialista da história.

Mas com cada Branco que cai em África, mas com cada Negro que cai em África, é o sonho de uma fraternidade plurirracial sob a bandeira portuguesa, é o sonho de um Paiva Couceiro e de um Norton de Matos, que, para sempre, se desmorona. O estadista de inspiração fascista que promulga o Ato Colonial, o estadista que com Santos Costa, introduziu a discriminação racial na vida civil e na vida militar, não tem autoridade hoje, e nunca teve mentalidade, para enfrentar os problemas de um Portugal obrigado em cinco continentes a ser caminho para a Civilização e para a Cultura.

Numa viragem da história do mundo, o catedrático de Coimbra, glória provinciana de reacionários que sugam a Pátria e escravizam o Povo, não é capaz de equacionar os problemas nacionais na linguagem da hora presente. Não se trata só de reacionarismo, de crueldade, de imprevidência. Estamos perante um caso patológico de incapacidade. Derrubar Salazar é a condição primeira da sobrevivência de Portugal como Pátria Livre, Feliz e Independente.

Germinal Feijó no Centro Republicano

No próximo dia 5 de julho, pelas 20,30 horas, o deputado GERMINAL FEIJÓ fará uma palestra no Centro Republicano Português sobre a Reunião da Comissão Executiva do Movimento Latino-Americano Pró Anistia dos Presos e Exilados Políticos portugueses e espanhóis, realizada em Buenos Aires.

Convidam-se todos os democratas a comparecer a este ato.

O caminho da vitória

Quando a Liberdade ralar na nossa Pátria quando o reino do temeroso e negro do fascismo houver terminado, quando as cadeias se abrirem e os exilados tiverem regressado, então discutiremos as nossas idéias, as nossas doutrinas, escolheremos bandeiras e trincheiras. Hoje se sinceramente somos adversários do ditador Salazar, vamos embarcados no mesmo navio. Resta saber quem vai ao leme. Há que discutir em comum o rumo. Mas é comum o nosso destino, comum o risco e a ameaça que nos espreita. Desta comunidade de destinos há que concluir a necessidade de uma leal fraternidade combativa.

Não queremos saber quem és: Qual o teu partido, qual o teu grupo, o nome dos teus amigos. Não queremos saber se és religioso ou agnóstico, católico ou protestante.



Basta-nos saber que és Português e Anti-fascista. Basta-nos saber que, exatamente por seres adversários de Salazar, amas a tua Pátria e pensas na vida difícil do teu Povo.

Nenhuma barreira ideológica nos poderá separar se quizeres, como nós queremos, conduzir Portugal à Liberdade, ao Progresso, à Democracia. Não conhecemos outra regra para escolher os governantes e discutir os problemas nacionais. Aceitamos todas as colaborações mas confiamos no Povo e queremos que no protesto, na afirmação coletiva, nas jornadas de luta, seja popular, nacional, este movimento patriótico para a reconquista da Pátria.

É de puro patriotismo que se nutre a nossa decisão de organizar a luta nacional contra os tiranos, corruptores e exploradores que escravizam Portugal. Não queremos voltar ao passado, não queremos dar um salto para o desconhecido. Queremos ir com o Povo até onde o Povo queira ir. É difícil o caminho da organização e da luta.

De Norte a Sul, de Leste a Oeste, que se constituam em Portugal JUNTAS DE AÇÃO PATRIÓTICA. Que nelas se reúnam os homens e as mulheres de são patriotismo, de mentalidade liberal, de espírito democrático. Que se unam na luta e para a luta.

Pela Pátria e pela Liberdade — em fileiras cerradas constituamos a organização combativa que nos leva à Vitória: A FRENTE PATRIÓTICA DE SALVAÇÃO NACIONAL.

M.A.B.L.A.

Um Movimento Vitorioso

Prossegue, cada vez com maior entusiasmo e maior penetração no Brasil, o Movimento Afro-Brasileiro pró-Libertação de Angola.

As inúmeras reuniões, em Centros Acadêmicos e na praça pública, organizadas pelos universitários paulistas, acrescentaram-se, no passado mês de junho, duas conferências importantes. Uma, na Faculdade de Filosofia de São Paulo, em que falou o Eng. Manuel Myre Dores, nosso companheiro de redação. A outra, do jornalista Miguel Rodrigues, foi realizada na sede do Centro Acadêmico "Hugo Simas", da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná.

Um dos reflexos da ação desenvolvida por Silvio Brand e outros líderes do M.A.B.L.A. é este memorial dos Sindicatos, endereçado ao Presidente da República Dr. Janio Quadros:

Sindicatos pedem ação em favor do povo angolano

Dirigentes e militantes sindicais de São Paulo enviaram ao presidente Janio Quadros memorial no qual solicitam a atenção do chefe do Executivo para a situação reinante em Angola, onde a população sofre, segundo o documento, os efeitos da política imperialista e fascista do governo português.

São os seguintes os termos do memorial:

"Excelentíssimo sr. presidente: Com o maior respeito e consciências de nossa responsabilidade como dirigentes e militantes sindicais de um País democrático, vimos perante v. exa. para solicitar a sua preciosa atenção para o gravíssimo drama que ora vive o povo heroico de Angola, notadamente os seus trabalhadores.

Como v. exa. bem sabe, de há anos a população nativa daquele território africano vem sofrendo atrozes sofrimentos impostos pelos representantes da potência dominadora, cujos ferozes meodos imperialistas conhecemos em nossa própria história, agravados pela circunstância de ser, atualmente, uma ação conjugada do fascismo e do colonialismo.

Fatos que, clandestinamente foram levados ao conhecimento da Conferência Africana da Organização Internacional do Trabalho, realizada em Luanda no ano de 1959, e de outras organizações internacionais — como própria Organização das Nações Unidas e mais recentemente pela Conferência dos Chanceleres da NATO, em Oslo, vieram demonstrar à opinião pública mundial as condições miseráveis de existência do povo angolano: falta dos comezinhos princípios de respeito à dignidade humana; toda uma série odiosa de discriminação entre a população nativa e os opressores lusos; falta de liberdade sindical; salários baixos e a existência, ainda em nossos dias, do trabalho forçado oficial, o que leva Angola a possuir um dos índices médios de vida mais baixos do mundo. Aliás, senhor presidente, a existência do trabalho forçado de mulheres e crianças, principalmente nos serviços de conservação de estradas e nas atividades agrícolas no interior, sem salário e sem alimentação alguma, é a principal causa da elevada taxa de mortalidade infantil na colônia, uma das mais elevadas

da África e só inferior a de Moçambique e outras colônias portuguesas.

Tais condições humilhante de existência — ausência absoluta de garantia social, sem direito a perceber pelo seu trabalho um salário compensador, abono de família, férias ou pensão na velhice e na invalidez, levaram, sem dúvida, o bravo povo de Angola a lutar contra os seus dominadores, e não poderia ser de outra forma, principalmente num momento como este em que assistimos o furacão de liberdade varrer os territórios africanos, numa batalha decisiva pela sua independência e autodeterminação.

A reação do governo colonial e fascista do Portugal, já conhecida da opinião pública não se fez esperar, atingindo as raias do absurdo e da insensatez os desmandos e violências das "forças da ordem" da metropole e dos grupos de repressão organizados pelos prepostos do Estado Novo.

Para os esbirros de Salazar os cidadãos angolanos valem menos que os animais, sendo por isso sacrificados impiedosamente.

Não podendo calar diante de tanta selvageria, os dirigentes e militantes sindicais, assim como os trabalhadores que a este subscrevem, entendem que cabe ao Governo brasileiro, dignamente presidido por v. exa., agir no sentido de evitar o prosseguimento da tentativa de extermínio do bravo povo de Angola, dando sua plena solidariedade à independência as nações africanas de língua portuguesa.

Entendem ainda que, os esforços desenvolvidos por Portugal nas altas estâncias internacionais, e as comparações de seu colonialismo — condenado pela consciência o racismo fascista, tal como o "apartheid" da União Sul-africana, não passam de manobras confusionalistas, para fazer prevalecer a sua insustentável tese de não possuir colônias.

Colocando-se o Brasil no seu posto de líder desse movimento, terá o nosso País conquistado junto às populações africanas que esmagarão, com certeza, o jugo colonial, um lugar de destaque, humano e digno, condizente com as nossas gloriosas tradições de povo amante das liberdades, principalmente para os trabalhadores, nossos irmãos.

Esperamos assim sr. presidente, que v. exa. determinará uma orientação clara, firme e consequente ao lado do povo e dos trabalhadores de Angola, em defesa da autodeterminação.

Subscreveram esse documento os seguintes dirigentes e militantes sindicais: Adolfo de Almeida, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas-Farmacêuticas; Antonio P. Filho, ferroviário, Laurindo de Almeida, do Sindicato dos Textéis de Jundiá; Nelson Barreto, do Sindicato dos Textéis de Americana; Manoel de Almeida, portuario de Santos; José da Rocha Mendes, gráfico de S. Paulo; Paulo Gonçalves, Moraes, de legado do Sindicato dos Mestres e Contra-Mestres de Tecelagem em Americana; Lindolfo Silva, da ULTAB; Alberto P. Barbosa, do Sindicato dos Empregados na Administração dos Serviços Portuários de Santos; Guarino F. dos Santos e Armando Carvalho, da União dos Ferroviários da Sorocabana, Sorocaba; Helio Lourenço, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Itú; Carlos Alberto Vieira, do Sindicato dos Textéis de São Roque; Luiz Chagas, dos Textes de Taubaté; Artur Avalone, presidente da Federação dos Textéis de Estado de S. Paulo; Salvador Rodrigues, presidente do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo; Jesus Ferreira Lima, presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Alimentação de Barretos; Waldemar Cabral, presidente do Sindicato dos Mestres e Contramestres de Fiação e Tecelagem de Cataguazes, Minas Gerais; Vicente Joaquim de Lacerda, Associação dos Professores de Bom Despacho; Maria Julia Varia, Sindicato dos Textéis de Mogi das Cruzes; Manuel C. Nascimento, metalurgico de Mogi das Cruzes; José de Araujo Plácido, metalurgico de Santo André; Heitor S'Ilva, do Sindicato da Construção Civil de Brasília; Antonio Alberto Francisco, do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Alimentação de Campinas, Valinhos e Sumaré. Seguem-se mais de duas centenas de assinaturas de trabalhadores dos Estados de São Paulo, de Minas Gerais, da Bahia, da Capital Federal e de outras cidades.

Endereços de Assinantes

PORTUGAL DEMOCRATICO

Rua Conselheiro Furtado, 191
São Paulo, Brasil

DIRETOR RESPONSÁVEL

Otávio Martins de Moura

CONSELHO DE REDAÇÃO

João Sarmento Pimentel
Presidente de Honra

Adolfo Casais Monteiro, Carlos Maria de Araújo, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, Jorge de Sena, Manuel Sertório, Paulo de Castro, Vitor Ramos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antonio Bidarra Fonseca, Carlos Cruz, Carlos Neves, Francisco Lopes, Manuel Ferreira Moura, Silvério da Costa Letra

REPRESENTANTES

RIO DE JANEIRO — SUCURSAL: — Av Rio Branco, 185 — Gr. 509 — Edif. Marquês de Herval — Telefone: 22-9224 — ROMAX IMP. EXP. LTDA.

FORTALEZA: Dr. Carlos d'Algo — Rua Senador Pompeu, 832 — Fortaleza — Ceará

JUIZ DE FORA: Manuel Augusto Soares d'Oliveira — Rua Marechal Deodoro, 334 — Juiz de Fora (M. G.)

BELO HORIZONTE: Virgolino Pereira Vilhena — Rua Rio de Janeiro, 390 — sala 304 — Caixa Postal 24 — Belo Horizonte — (Minas Gerais)

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 — Pelotas Rio Grande do Sul
PORTO ALEGRE: Fernando Teodoro de Almeida Soares — Edif. Chaves, 12.º, s/1201 — Caixa Postal 2.559 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul

SALVADOR: Américo Carvalho — Av. Sete, nº 1 — Edifício Sulacap, 215 — Salvador (Bahia).
INGLATERRA: Grupo de Portugueses Democratas da Inglaterra (GPDI) 4, Sherwood Gardens, Barking, Essex.

CANADÁ: Comitê dos Portugueses Democratas do Canadá — 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontário — Canadá

FRANÇA: Tomás Ferreira Rato, 29 Rue St. André des Arts — Paris, 6.me.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

ARGENTINA — Joaquim dos Santos — Calle de Los Llanos, 1790 — DOCK SUR —

Avellaneda — Buenos Aires
URUGUAI — Agrupação de Portugueses Democratas — Colônia 1.013 — P. 7 — Montevideo

CHECOSLOVÁQUIA: Manuel Nunes — Konevova, 160 — Ziskov — Praha

UNIÃO SUL-AFRICANA: J. Sarmento — 407, Claridges — 39 Van Der Merwe Street — Hillbrow — Johannesburg

REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Caixa Postal 4.469 — Tel.: 37-0933 — São Paulo

EXPEDIENTE

Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Número avulso: Cr\$ 10,00
Assinatura anual: Cr\$ 300,00
Assinatura especial: Cr\$ 500,00
Ass. p/ o Exterior: U.S. 5,00

Ano V - Nº 50 - Julho de 1961

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.